



Universidade do Minho  
Conselho Geral

## **Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho**

### **Ata Nº 04/2018**

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e dezoito, pelas dez horas, reuniu em sessão extraordinária, na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **= Reunião aberta ao público =**

- 1.** Aprovação da ata número 3/2018, referente à reunião do dia 21/05/2018;
- 2.** Apreciação dos projetos de iniciativa do Conselho Geral:
  - Caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento
  - Monitorização da implementação do plano de ação da Universidade do Minho 2017-2021;
- 3.** Funcionamento do Conselho Geral;
- 4.** Aprovação das contas anuais consolidadas da UMinho 2017.

#### **= Reunião reservada ao Conselho =**

- 1.** Proposta de alteração dos Estatutos dos SASUM;
- 2.** Proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos SASUM;
- 3.** Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da UMinho;
- 4.** Participação da UMinho na B.ACIS – Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga;
- 5.** Execução orçamental da UMinho: ponto de situação;
- 6.** Contratação de pessoal docente e não docente: ponto de situação;
- 7.** Progressão na carreira dos docentes da Universidade do Minho.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, Joaquim Rocha, Luís Amaral, Manuel Costa, Óscar Gonçalves, Patrícia Jerónimo Vink, Rui Ralha, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Nuno Reis, Inês Silva, Maria José Costa, Victor Soares, José Teixeira, Maria da Graça Coelho, Manuel Carvalho da Silva, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros João Cerqueira e Maria Helena Guimarães. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

O Presidente cumprimentou os presentes, assim como os membros da Comunidade Académica que acompanhavam a reunião através da transmissão, tendo de seguida iniciado a ordem dos trabalhos referente ao período aberto ao público.

## **1. Aprovação da ata n.º 3/2018, referente à reunião do dia 21/05/2018**

O Presidente colocou à votação a ata número 03/2018, respeitante à reunião do dia 21 de maio de 2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

## **2. Apreciação dos projetos de iniciativa do Conselho Geral**

O Conselheiro Óscar Gonçalves informou os presentes da reunião tida com o Reitor e da qual resultou o acolhimento e a disponibilidade de financiamento, por parte da Reitoria, para o desenvolvimento dos projetos de caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento do corpo docente da UMinho, assim como o da monitorização da implementação do plano de ação da Universidade do Minho 2017-2021. Realçou a importância da questão da operacionalização dos mesmos, em particular na atribuição do respetivo orçamento, e recordou o facto de na reunião do Conselho de 21 de maio ter decorrido a possibilidade de atribuição de um orçamento ao Conselho de forma a que este possa, de uma forma mais eficaz, decidir e planear estes e outros projetos de acordo com o orçamento atribuído. Referiu de seguida que o âmbito e objetivos do projeto "Corpo docente: caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento" haviam já sido dados a conhecer em pormenor e entendeu que o Conselho deveria, na sessão plenária em curso, proceder à aprovação formal dos projetos, de modo a que o início dos mesmos se pudesse verificar o mais célere possível. Sugeriu que a questão orçamental fosse remetida para a Comissão de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, a quem caberá operacionalizar a dotação dos projetos, sugestão essa que foi acolhida pelos presentes.

O Conselheiro Luís Amaral disse que o entendimento era de que os projetos tinham sido aprovados na última reunião do plenário e de que teria ficado apenas em aberto a questão orçamental. No caso do projeto de monitorização do plano de quadriénio informou que, tal como consta na proposta apresentada, o valor a orçamentar será de 43.500€00, distribuídos pelos quatro anos de duração do projeto. Mencionou ainda que da reunião ocorrida com o Reitor ficou expresso o interesse da equipa reitoral no projeto de monitorização das medidas do plano de ação para o quadriénio 2017-2021.

O Presidente solicitou ao Reitor informação sobre a possibilidade de financiamento dos projetos em apreciação, tendo este recordado que a temática do rejuvenescimento dos docentes foi um tópico muito presente na campanha eleitoral que conduziu à composição atual do Conselho, preocupação que foi expressa pelas várias listas de pessoal docente concorrentes. Relativamente à monitorização das medidas de ação propostas para o quadriénio 2017-2021, entendeu tratar-se de um projeto muito interessante sendo de todo o interesse da Reitoria a concretização do mesmo. No que respeita ao orçamento para a execução destes projetos, mostrou a total disponibilidade para dotar o Conselho da verba necessária à concretização dos mesmos e entendeu que o melhor mecanismo seria o de atribuir ao Conselho um orçamento anual, de modo a possibilitar uma gestão mais eficiente das suas atividades ao longo do ano.





O Presidente pediu de seguida aos Conselheiros proponentes dos projetos para efetuarem um resumo dos mesmos, antes de o Conselho se pronunciar sobre a sua aprovação.

O Conselheiro Luís Amaral apresentou resumidamente o projeto de “Monitorização da Implementação do Plano de Ação da UMinho 2017-2021”, o qual terá como objetivo a recolha de informação que permita semestralmente elaborar um relatório sobre o desenvolvimento do plano de atividades da UMinho para o próximo quadriénio aprovado pelo Conselho. A informação fatural da execução das sessenta e três medidas a implementar será disponibilizada à Academia no portal do Conselho, em zona a definir, podendo assim ser acompanhada a evolução das ações que agregam os diferentes vetores, através de uma leitura mais simplificada com recurso a imagens gráficas. Referiu ainda que o projeto terá a duração de quatro anos e que compreenderá várias fases, designadamente, a definição do plano de monitorização; a definição da estrutura e do interface do portal; a recolha dos indicadores da evolução da execução das medidas e a elaboração dos relatórios semestrais e anuais de monitorização. Fez ainda a apresentação da equipa da Universidade das Nações Unidas (UNU) que ficará responsável pelo desenvolvimento do projeto e referiu a importância da interação da mesma com a Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, assim como com o Secretariado do Conselho.

O Presidente questionou a pertinência de serem monitorizadas as sessenta e três medidas operacionais e não apenas aquelas de índole estratégica, tendo o Conselheiro Luís Amaral recordado que, aquando da aprovação do Plano de Ação no Conselho, todas as medidas foram consideradas estratégicas para a Universidade, pelo que entendeu que todas elas deverão ser alvo de monitorização. Disse ainda que o objetivo principal deste sistema é o de medir o cumprimento das medidas e não fazer juízos de valor sobre as mesmas e que os sistemas homólogos, como por exemplo o da Universidade Nova de Lisboa, não faz qualquer segregação das medidas a monitorizar.

O Conselheiro Óscar Gonçalves resumiu o projeto sobre a caracterização demográfica do corpo docente da UMinho e salientou o facto de se tratar de um projeto de investigação lançado a concurso interno à UMinho para equipas multidisciplinares. Informou que a duração estimada para o mesmo é de um ano após a sua contratualização e que, em termos de valores envolvidos, estes compreenderão o correspondente a uma bolsa de investigação pelo período de 12 meses e despesas gerais de funcionamento. No que respeita ao projeto de monitorização do plano de quadriénio 2017-2021, chamou a atenção para a importância de, para além da avaliação quantitativa das medidas, ser também efetuada uma avaliação qualitativa das mesmas. Considerou ainda que a monitorização a realizar deverá ser aplicada a todas as medidas apresentadas e aprovadas pelo Conselho.

O Conselheiro Bruno Gonçalves corroborou a opinião do Conselheiro Óscar Gonçalves no que respeita à avaliação qualitativa das medidas, bem como a que a monitorização seja aplicada à totalidade das mesmas,



sob pena de limitar o Conselho na sua análise. Referiu ainda a necessidade da realização de relatórios intercalares a apresentar ao Conselho, com vista à sua apreciação.

Findo o debate, o Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar a realização dos dois projetos apresentados e remeter para a Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros a orçamentação dos mesmos.

### **3. Funcionamento do Conselho Geral**

O Conselheiro Óscar Gonçalves referiu o consenso existente no que respeita à centralidade, à autonomia e à agenda própria do Conselho Geral, de modo a que este possa cumprir o papel de acompanhamento do funcionamento da Universidade que lhe é devido em termos estatutários. Disse ser necessário refletir sobre o funcionamento do Conselho com vista à existência de uma dinâmica de agenda própria e de aprofundamento de temas com relevância para a vida Académica. Chamou a atenção para a necessidade da entrada em funcionamento de forma ativa e regular das Comissões Especializadas, as quais deverão ter um papel mais autónomo e mais dinâmico na preparação das reuniões do Plenário, assim como de proatividade na análise e reflexão de vários temas com implicações diretas na organização e funcionamento da Universidade, como por exemplo, a entrada em vigor do novo Decreto-Lei de atribuição de graus académicos e diplomas do Ensino Superior. Tendo em vista a agilização do agendamento das reuniões, sugeriu a possibilidade de o Presidente delegar em outros membros do Conselho a presidência das Comissões.

O Conselheiro Álvaro Sanróman informou que as Comissões Especializadas do Conselho Geral anterior tinham um Coordenador, a quem competia o agendamento de reuniões prévias às do Plenário e das quais emanavam pareceres sobre os diferentes assuntos da agenda, tornando assim mais sustentadas as decisões tomadas.

O Presidente disse concordar com a criação da figura do Coordenador e solicitou aos membros das Comissões a respetiva designação. Referiu ainda que reunirá regularmente com esses Coordenadores, tendo em vista o acompanhamento das atividades desenvolvidas por cada uma das Comissões Especializadas.

A Conselheira Maria José Costa propôs que o Conselho refletisse sobre a agilização de alguns processos burocráticos que, por vezes, diminuem a eficácia e a boa condução dos trabalhos na área da investigação. A título informativo, transmitiu que estão já a ser realizadas reuniões nos Serviços para a Garantia da Qualidade sobre a caracterização da política de qualidade da UMinho na dimensão da investigação, em concreto no que respeita ao emprego científico, e que dará posteriormente conhecimento ao Conselho do resultado dessas reuniões.

O Conselheiro Victor Soares sublinhou a importância de assegurar que o Conselho funcione com autonomia e independência relativamente aos demais órgãos da UMinho, ainda que em estreita colaboração com estes. Relativamente à existência de uma agenda própria do Conselho, informou ser sua intenção apresentar uma





proposta de revisão dos Estatutos da UMinho, com vista à inclusão de mais um representante dos funcionários não docentes e não investigadores no Conselho, assim como a alteração desta última designação, e a consagração nos mesmos da Comissão de Trabalhadores da Universidade do Minho.

#### **4. Aprovação das contas anuais consolidadas da UMinho 2017**

O Reitor informou que as contas consolidadas agora apresentadas reportam a 31/12/2017 e dizem respeito ao grupo Universidade do Minho, o qual inclui todas as entidades nas quais a Universidade detém uma participação superior a 20%, com exceção do CeNTI – Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes, no qual a UMinho participa apenas em 19%. Chamou a atenção para o facto do presente relatório ter sofrido uma alteração importante em relação ao de 2016, respeitante à não referência à Fundação Carlos Lloyd Braga (FCLB) no mesmo, decorrente da sua extinção em outubro de 2017. Salientou o melhoramento dos resultados financeiros das entidades participadas relativamente ao ano anterior e destacou o parecer do Fiscal Único, no qual é afirmado que as demonstrações financeiras apresentadas evidenciam a verdadeira situação financeira consolidada da UMinho em 31/12/2017 e que a elaboração do relatório de contas está de acordo com as leis e regulamentos em vigor, não tendo sido identificadas incorreções materiais. Solicitou de seguida a presença do Administrador da UMinho, Eng.º José Fernandes, para a apresentação do documento.

O Administrador começou por justificar a inclusão do CeNTI nas entidades do perímetro de consolidação de contas com o facto de existir uma forte representação de membros da UMinho nos órgãos de gestão e decisão daquela entidade. Referiu os resultados líquidos e operacionais negativos da UMinho em 2017, explicando que tal se ficou a dever ao valor das amortizações, o qual perfaz um total de 7 milhões de euros (6 milhões na UMinho e 1 milhão nas entidades participadas). Salientou o facto de em 2016 o resultado líquido do exercício ter sido de 1.8 milhões de euros, situação considerada excecional, e que só foi possível atingir por via da reversão do processo de dívidas de propinas em cerca de 5.9 milhões de euros. No que respeita à alteração do perímetro de consolidação decorrente da extinção da FCLB, afirmou que o valor do grupo UMinho não se alterou, face à transferência dos saldos da Fundação para a Universidade.

Em termos de análise económica e financeira, apresentou os principais indicadores, referindo-se ao aumento do ativo líquido em 3.3%, devido à contratualização de novos projetos I&D; à diminuição em 2.7% dos fundos próprios, por via do resultado líquido negativo de 2017; ao aumento do passivo em 6.4%, face à contabilização nesta rubrica de novos projetos I&D, explicando que sempre que é assinado um contrato este é considerado passivo, embora não o seja na realidade. Deu ainda a conhecer o aumento em 1.6% dos proveitos e ganhos, estando incluídos nesta rubrica as transferências correntes (Orçamento de Estado e verbas provenientes de projetos), bem como o valor das taxas de emolumentos, e o aumento em cerca de 5.5% dos custos e perdas, devido, essencialmente, ao aumento dos custos com o pessoal e ao pagamento a bolseiros.



Fez também menção ao valor das imobilizações corpóreas; ao aumento das dívidas de terceiros e ao valor positivo dos resultados transitados, o qual provém da transição do resultado líquido positivo ocorrido no ano de 2016.

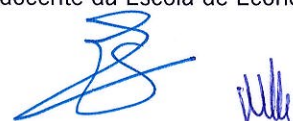
O Conselheiro Joaquim Rocha cumprimentou o Administrador e agradeceu a exposição por ele realizada, a qual entendeu ser esclarecedora das contas consolidadas da UMinho. Considerou conclusivo o parecer emitido pelo Fiscal Único, o que permitirá ao Conselho uma melhor apreciação do relatório, documento que lhe pareceu cumprir os requisitos da legalidade financeira essenciais para a sua aprovação.

Referiu, no entanto, que tendo em vista o estatuto de acompanhamento do Conselho na condução da política geral gestonária e financeira da UMinho, e face ao conhecimento que detém de relatórios de sindicância por parte de entidades externas, principalmente do Tribunal de Contas, gostaria de sinalizar três aspetos que poderão, eventualmente, pôr em causa a Universidade. O primeiro diz respeito à ausência de fundamentação económica e financeira de alguns investimentos e projetos, chamando a atenção para a necessidade da realização de estudos prévios sérios acerca da sua viabilidade jurídica, económica e financeira. O segundo aspeto prende-se com a informação insuficiente que é veiculada para a comunidade académica. Entendeu que a informação financeira não está convenientemente acessível e não é de fácil compreensão para os vários elementos que compõem a Academia, entendendo que esta situação deverá ser melhorada por forma a tornar mais clara e transparente a informação a transmitir. Por último, referiu o facto da contratação reiterada pela Universidade das mesmas entidades empresariais para determinados fins, considerando que a UMinho deverá diversificar as entidades com as quais estabelece os seus contratos.

O Conselheiro Óscar Gonçalves disse estar na posse da informação de que o Administrador cessará, a seu pedido, o mandato e agradeceu o trabalho dedicado e o esforço por ele realizado no exercício das funções, em particular no último semestre, tendo em vista os constrangimentos com se deparou face à entrada em vigor do novo Código dos Contratos Públicos. Solicitou-lhe a indicação das situações para as quais, no seu entendimento, o Conselho deva estar particularmente atento no sentido de garantir a continuidade dos bons resultados financeiros da Universidade.

O Reitor solicitou a palavra para realçar a exigência das matérias que estão sob a alçada do Administrador e a forma cuidada e com enorme qualidade com que o Eng. José Fernandes as trabalhou. Apresentou o seu reconhecimento pessoal e institucional e afirmou que, face às razões pessoais invocadas, as quais foram acolhidas, o Eng. José Fernandes se manterá em funções até ao final do mês em curso. Testemunhou ainda as condições muito difíceis nas quais o Eng.º José Fernandes desenvolveu parte da sua atividade e onde sempre encontrou pontos de equilíbrio, assegurando um trabalho de enorme qualidade que em muito transformou a Universidade.

O Reitor informou ainda o Conselho que, em substituição do Eng.º José Fernandes, será nomeado para o cargo de Administrador da UMinho o Prof. Doutor Carlos Alberto da Silva Menezes, docente da Escola de Economia





e Gestão, o qual tem vindo a fazer carreira na área de Gestão e da Contabilidade e que detém prática de gestão em organismos públicos.

O Presidente agradeceu também ao Administrador da UMinho o trabalho desenvolvido e desejou-lhe as maiores felicidades, colocando de seguida à votação o Relatório das Contas Anuais Consolidadas da UMinho 2017, o qual foi aprovado por unanimidade.

O Administrador agradeceu os votos que lhe foram dirigidos e referiu-se à preocupação que sempre teve em elaborar os documentos de modo a que a informação neles contida fosse de fácil perceção para a apreciação do Conselho. Mencionou de seguida as áreas que entende deverem ser acompanhadas pelo Conselho: i) ao nível da gestão financeira, chamou a atenção para o facto de o incumprimento das obrigações por parte das entidades que financiam os projetos comprometerem os compromissos assumidos de boa fé pela UMinho; ii) a Universidade deverá aumentar os seus saldos bancários com vista à diminuição da dependência de entidades externas; iii) face ao melhoramento conseguido ao nível da vida nos *campi*, deverá ser dada continuidade ao trabalho desenvolvido. Por último, disse estar convicto de que a reestruturação orgânica prevista permitirá adequar o funcionamento dos Serviços da UMinho às atuais exigências do Ensino Superior.

O Presidente deu por terminada a sessão aberta ao público às 12h10m e os trabalhos foram retomados às 12h20m, em sessão exclusiva para os membros do Conselho.

### **1. Proposta de alteração dos Estatutos dos SASUM**


### **2. Proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos SASUM**

O Administrador dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM), Professor António Paisana, solicitou a apreciação em conjunto dos documentos apresentados e efetuou um resumo dos mesmos, enfatizando as principais alterações introduzidas aos Estatutos e ao Regulamento Orgânico dos Serviços em vigor.

O Reitor referiu-se aos SASUM como sendo essenciais à vida na UMinho, nomeadamente, no que se refere ao apoio à comunidade de Estudantes em áreas como o alojamento e a alimentação, assim como na dinamização da atividade cultural e desportiva, e informou os presentes de que estão previstas novas formas de reforçar todas essas valências.

O Conselheiro Luís Amaral enalteceu a gestão moderna dos SASUM, mas mostrou preocupação pela não convergência dos serviços prestados em Braga e Guimarães, recordando que as condições do restaurante em Azurém continuam a não ser as desejáveis para a receção de individualidades provenientes de outras instituições congéneres.

O Conselheiro Victor Soares considerou que o número de cargos de dirigente propostos no novo Regulamento Orgânico é demasiado excessivo, dado que está prevista a criação de dezanove lugares de chefias, a prover no horizonte temporal de três anos, o que faz pensar sobre a real necessidade da proposta apresentada. Entendeu que, muito embora os SASUM gozem de autonomia administrativa, é notória a desproporção do



número de dirigentes propostos (19) face ao total da UMinho (37), havendo assim uma distorção da política de estruturação orgânica à revelia do que é implementado nos outros serviços da UMinho. A título exemplificativo, aludiu ao facto de em cada Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI), mesmo as de maior dimensão, existir apenas um dirigente de 1º grau (Secretário de Escola) e o número total de dirigentes intermédios não exceder os 37, na globalidade dos restantes Serviços e Unidades Orgânicas que integram a Universidade.

Referiu também a existência de incorreções formais no documento, designadamente, o facto de o cargo de Chefe de Divisão corresponder ao 2º grau e não 3.º grau como é mencionado; a menção à entrada imediata em vigor do documento, o que não poderá acontecer face à necessidade de se proceder à consulta pública do mesmo; e a referência à ocorrência de impactos financeiros na ordem dos 116 mil euros, o que não poderá ter sucedido, dado que os cargos não estão ainda providos.

Recordou que, muito embora o nível de habilitações dos trabalhadores seja em alguns casos baixo, 75% dos trabalhadores dos SASUM auferem o salário mínimo e que o facto de não lhes ter sido dado qualquer sinal das eventuais repercussões da revisão orgânica agora proposta na melhoria das suas condições de trabalho, poderá aumentar significativamente o nível de desmotivação desses trabalhadores. Alertou também para o facto de existirem trabalhadores cujas funções estão desajustadas à categoria profissional que detêm e pediu um esforço para promover os trabalhadores das cantinas detentores de Licenciatura. Por último, afirmou que a proposta deveria ser mais comedida e informou da sua intenção de se abster na votação do Regulamento Orgânico apresentado.

O Reitor afirmou que o desenho dos serviços proposto não reflete as suas reais necessidades, mas apenas aquelas que se preveem como necessárias para dotar os serviços de trabalhadores mais adequados às exigências dos serviços a prestar. Transmitiu também que há uma grande preocupação em garantir a mesma qualidade dos serviços em Braga e Guimarães.

O Administrador informou o Conselho de que a implementação do novo Regulamento Orgânico possibilitará aos SASUM redefinir algumas das funções atualmente desempenhadas pelos seus colaboradores, razão pela qual os gastos com a formação têm vindo a sofrer um aumento significativo. Disse ainda que, ao nível da reestruturação das unidades alimentares, e tal como havia já sido referido pelo Reitor, será dada prioridade àquelas que se encontram sediadas no Campus de Azurém – Guimarães.

Colocados à votação os documentos apresentados, os quais serão ainda alvo de consulta pública, foram obtidos os seguintes resultados:

- Aprovada, por unanimidade, a proposta de alteração dos Estatutos dos SASUM;
- Aprovada, por maioria, a proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos SASUM.

O Conselheiro Victor Soares apresentou uma declaração de voto, a qual será apensa à presente ata, dela fazendo parte integrante.





### **3. Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal da UMinho**

O Reitor informou o Conselho de que a proposta de alteração apresentada resulta do facto dos projetos de investigação aprovados recentemente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ao abrigo do Emprego Científico, implicarem a contratação de vários investigadores. A estas contratações acresce ainda a necessidade de dotar o quadro de pessoal de vinte e nove novas posições, decorrentes da candidatura da UMinho ao Programa de Estímulo ao Emprego Científico na Modalidade de Apoio Institucional.

O Presidente colocou à votação a alteração ao Mapa de Pessoal da UMinho apresentada, a qual foi aprovada por unanimidade.

### **4. Participação da UMinho na B.ACIS – Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga**

O Reitor informou que a participação da UMinho na B.ACIS – Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga está devidamente enquadrada nos Estatutos da UMinho e que a documentação apresentada pela Escola de Medicina inclui uma nota justificativa onde é possível verificar o *cluster* emergente na área da saúde.

O Conselheiro Óscar Gonçalves disse tratar-se de um projeto muito bem conseguido, salientando a articulação da Escola de Medicina com os seus antigos alunos. Referiu que a Escola de Medicina constitui um exemplo para reflexão no que se refere à inovação de métodos de ensino, aos estágios que proporciona aos seus formandos e à empregabilidade dos seus licenciados. Entendeu que os Estatutos propostos apresentam transparência no que respeita à gestão da Associação e questionou se a participação da UMinho será realizada através de fundos da Escola ou da Reitoria.

O Conselheiro Luís Amaral questionou o facto de os Estatutos da Associação preverem a remuneração dos titulares dos órgãos sociais, dado que a prática da UMinho nas últimas décadas é de que estes não auferam qualquer tipo de remuneração. O Reitor disse desconhecer essa prática, mas informou que os termos em que a proposta está redigida não afetarão a UMinho.

O Conselheiro Eugénio Ferreira saudou a pertinência da Associação, mostrando apenas alguma preocupação com o objeto e atribuições da mesma (art.º 3.º), e referiu-se à dificuldade tida até ao momento em potenciar estas associações no fomento e gestão de projetos de investigação da Universidade. O Reitor disse estar atento a essa dificuldade, salvaguardando os casos em que isso não é mesmo possível, e que em breve fixará as regras em que os projetos poderão ou não ser geridos através das entidades participadas.

O Presidente colocou de seguida à votação a proposta de participação da UMinho na B.ACIS – Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga, a qual foi aprovada por unanimidade.

Às treze horas ausentaram-se, justificadamente, os Conselheiros Manuel Carvalho da Silva e Ramón Villares.



## **5. Execução orçamental da UMinho: ponto de situação**

Para a apreciação deste ponto da agenda, o Presidente solicitou a presença do Administrador da UMinho, Eng.º José Manuel Fernandes.

O Reitor iniciou a intervenção informando os presentes de que se havia verificado uma descida na receita da Universidade, a qual resultou da diminuição do valor das verbas transferidas pelas entidades financeiras, assim como por via da menor execução ao nível da I&D, em parte devido à entrada em vigor do novo Código dos Contratos Públicos. Comunicou que houve uma redução da despesa geral e que, no que respeita à venda de bens e serviços, esta se manteve estável. Mostrou, no entanto, preocupação pelo número significativo de estudantes que não pagam as propinas, elevando essa dívida em cerca de 1 milhão de euros.

O Administrador fez uma breve apresentação na qual descreveu a evolução dos principais indicadores financeiros, designadamente, a evolução dos saldos bancários no período de janeiro a julho de 2018; a despesa a pagar de junho até ao final do ano e a previsão até ao final do ano do peso da cobrança coerciva das propinas. Referiu também os projetos em dívida, mostrando a sua preocupação no que diz respeito à interação com a FCT, dado que esta instituição informou a UMinho de que não irá pagar os adiantamentos dos projetos aprovados no montante previsto de 4,5 milhões de euros.

Chamou ainda a atenção para o facto de apenas os projetos já assinados poderem ser incluídos no orçamento, pelo que, dada a elaboração do orçamento durante o mês de agosto, todos aqueles que forem assinados no período de setembro a dezembro não serão incluídos no orçamento de 2019. A Conselheira Sandra Paiva questionou se os contratos assinados no referido período ficam parados a aguardar a verba, tendo o Reitor afirmado que não é ainda conhecido o procedimento a ter nesses casos.

O Conselheiro Victor Soares questionou se os pagamentos não realizados pela FCT não poderão ser replicados ao nível dos concursos ao nível dos concursos de contratação de investigadores ao abrigo da norma transitória, tendo sido esclarecido pelo Reitor de que tal não se aplica.

## **6. Contratação de pessoal docente e não docente: ponto de situação**

### **7. Progressão na carreira dos docentes da Universidade do Minho**

O Reitor solicitou ao Conselho para que os pontos 6. e 7. fossem apresentados em simultâneo, pedido esse que foi atendido. No que respeita ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), deu a conhecer que haviam sido concluídas as reuniões com a Comissão de Avaliação Bipartida, das quais resultaram o deferimento de 122 requerimentos, correspondentes a 12 investigadores; 32 bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia (os quais se encontram a exercer verdadeiras funções de gestão de projetos); 57 trabalhadores administrativos; 16 técnicos de laboratório e 5 informáticos.





Referiu que este resultado não é o desejado, dado que a UMinho não pretendia ver regularizada a situação dos investigadores através do PREVPAP.

O Conselheiro Eugénio Ferreira questionou sobre a eventualidade de os investigadores poderem ver revertida esta situação em sede de audiência prévia, tendo o Reitor afirmado que a UMinho mostrou posição e a resposta obtida junto da Comissão foi a de que não há lugar a reclamação.

Relativamente ao Emprego Científico, o Reitor afirmou que existem 136 posições de investigador que suscitem a abertura de concurso ao abrigo da norma transitória e 29 posições decorrentes da candidatura ao Programa de Estímulo ao Emprego Científico na Modalidade de Apoio Institucional. No que respeita a estas últimas posições, informou que se encontra em fase de análise a proposta de distribuição das mesmas pelas UOEI, tendo a Conselheira Patrícia Jerónimo Vink questionado quais os critérios que estiveram na base da proposta apresentada. O Reitor transmitiu que, ao nível do concurso institucional, os critérios definidos para a atribuição dessas posições às diferentes UOEI foram a classificação das unidades de investigação; o número de investigadores integrados e o financiamento por elas captado.

O Conselheiro Óscar Gonçalves chamou a atenção para o facto de as UOEI terem realizado exercícios estratégicos, com vista à identificação das necessidades ao nível do corpo docente nas diferentes categorias, tendo questionado se estas dotações serão supletivas ou se terão em consideração as necessidades anteriormente identificadas pelas diferentes unidades orgânicas. O Reitor referiu que esta matéria conduzirá a um debate mais alargado, dado que no momento não é possível perceber o quadro global das necessidades das UOEI, o que obrigará a vários ajustamentos.

O Reitor teceu de seguida algumas notas sobre as valorizações remuneratórias do corpo docente, recordando que o contrato firmado em 2016 entre o Governo e as universidades portuguesas previa a disponibilização de meios financeiros que permitiriam a realização dos pagamentos por efeitos dos descongelamentos das progressões remuneratórias.

Deu conhecimento ao Conselho de que a UMinho foi notificada pelo Secretário de Estado do Orçamento e pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação de que o valor a transferir para suportar as valorizações remuneratórias será de 476.000€, valor manifestamente insuficiente para fazer face aos encargos da UMinho, e que traduz o incumprimento do que ficou expressamente acordado pelo Governo com as instituições de ensino superior. Disse ainda que o valor a transferir resulta do cálculo efetuado pelo Governo com base nos dados apresentados pela UMinho, a 31/12/2017, da avaliação dos docentes no período de 2010-2015 e, no caso dos trabalhadores não docentes, no período de 2010-2014.

Transmitiu ainda ao Conselho que, face ao constrangimento orçamental com que a UMinho se vê confrontada, a sua decisão foi a de ter como referência para o cálculo das valorizações remuneratórias o período de 2004 a 2017, abrangendo a aplicação da avaliação dos docentes nos triénios 2012-2014 e 2015-2017. Serão assim



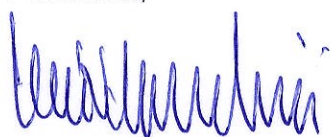
alvo de reposicionamento remuneratório os docentes que tiverem nesse período seis menções consecutivas de excelente.

No que respeita aos valores envolvidos, previu que os encargos em 2018 sejam na ordem de 514.000€ para os docentes e 266.000€ para trabalhadores não docentes, pelo que a Universidade terá de suportar através de receitas próprias um valor de cerca de 300.000€, valor que esse que poderá vir a ser duplicado no próximo ano.

O Conselheiro Bruno Gonçalves referiu a necessidade de no futuro ser restaurada a confiança entre as diferentes instituições de ensino superior, e em particular a UMinho, e o Governo. Entendeu que a Universidade está a realizar a indexação da receita arrecadada por via das propinas para efeito de financiamento da instituição, o que foi corroborado pelo Reitor. Recordou a questão da obrigatoriedade de preenchimento dos inquéritos de avaliação por parte dos estudantes dado que, muito embora tenha sido referido em várias ocasiões que a questão está a ser tratada, lhe parece existir relutância em tornar não obrigatório o seu preenchimento.

Terminado o debate, o Presidente agradeceu a todos os Conselheiros e ao Reitor as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 13:50 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,







Universidade do Minho  
Conselho Geral

**MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO**

Reunião Plenária nº 04/2018 - Sessão extraordinária

23/07/2018

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	
Inês da Costa e Silva	
Isabel Maria Costa Soares	
João José Fernando Araújo Cardoso Cerqueira	
Joaquim Manuel Freitas da Rocha	
José Gonçalves Teixeira	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Luís Francisco Valente de Oliveira	
Manuel Carvalho da Silva	
Manuel João Tavares Mendes Costa	
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	
Maria José Arantes Costa	
Nuno Henrique Vieira Reis	
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	
Paula Araújo Pereira da Silva	
Ramón Villares	
Rui Manuel Silva Ralha	
Sandra Cristina Almeida Paiva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	



Proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da  
Universidade do Minho (SASUM)

Declaração de voto anexa à ata da reunião de 23 de julho de 2018, do Conselho Geral da  
Universidade do Minho

A imutabilidade das organizações é incompatível com a dinâmica da realidade em que se inserem e com o desejável esforço de adaptação permanente aos novos desafios que se lhes vão deparando.

O dinamismo, a inovação e a capacidade de adaptação e de resposta a novas oportunidades e necessidades são fatores que, estando associados à vida de qualquer organização, revestem particular acuidade e relevância no âmbito dos Serviços de Ação Social, em função, designadamente, da missão e dos objetivos essenciais determinantes da sua atividade, nas suas diversas e específicas vertentes.

Não se contesta, pois, a pretensão da alteração do Regulamento Orgânico dos SASUM, consubstanciada na proposta em apreciação nesta reunião do Conselho Geral.

Importa, no entanto, que a referida alteração ocorra *cum granum salis*, de um modo paulatino, equilibrado e equitativo, sem perder de vista as características próprias da respetiva organização, assim como a sua referenciação comparativa à Universidade como um todo, no que respeita à estruturação da globalidade dos Serviços e Unidades Orgânicas que a integram.

Importa, também, não deixar de sopesar a circunstância de que, até agora e ao longo de muitos anos, não foi necessário criar uma estrutura orgânica com a dimensão da que é hoje apresentada para se ter alcançado resultados globalmente positivos para os SASUM ao nível dos seus diferentes setores de atividade, recorrentemente referenciados nos seus relatórios e repercutidos, designadamente, nos elevados e exigentes níveis de certificação atribuídos àqueles Serviços (sem que essa constatação signifique um juízo de concordância com o modelo orgânico que agora se pretende rever e com as práticas de gestão de pessoal anteriormente adotadas).

Ora, a proposta em apreço:

i) Implicará um aumento, de 5 para 19, de cargos de direção intermédia de 1.º e de 2.º graus (3 cargos de direção intermédia de 1.º grau atualmente providos + 2 cargos de direção intermédia de 1.º grau a prover entre 2019 e 2020 + 14 cargos de direção intermédia de 2.º grau a criar e a prover entre 2018 e 2020).

ii) Representará, grosso modo, a existência de 1 cargo dirigente (de 1.º ou de 2.º grau) por cada dois técnicos superiores de que os SASUM tenderão a dispor no futuro.

iii) Ao envolver 19 cargos de direção intermédia (3+2 diretores de serviço e 14 chefes de divisão/gabinete, num total de 19), representará o equivalente a quase metade dos cargos de direção intermédia providos, atualmente, na restante estrutura orgânica da Universidade do Minho que extravasa os SASUM (em toda essa imensa e diversificada parte da Universidade, constituída, designadamente, pelos Serviços e pelas Unidades Orgânicas, os diretores de serviço, chefes de divisão e secretários de UO não ultrapassarão, presentemente, o número total de 37 dirigentes intermédios).





iv) Pela sua dimensão e os efeitos orçamentais a ela associados, parece não ponderar suficientemente, com o apelo a critérios determinados, designadamente, pelo pragmatismo, pela razoabilidade, pelo equilíbrio e pela equidade, a circunstância de cerca de 75% dos trabalhadores dos SASUM auferir, atualmente, o equivalente ao salário mínimo nacional.

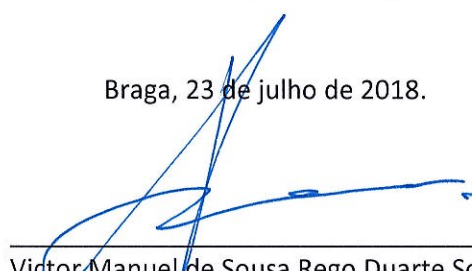
O sucesso da reestruturação de qualquer organização é indissociável da compreensão, da adesão e do envolvimento emocional da generalidade dos trabalhadores que a integram. Ora, esse desiderato será difícil de alcançar sem que, numa lógica de custo-benefício, sejam perceptíveis, porque não suficientemente explicados, os benefícios e as mais-valias que, em concreto, advirão da reestruturação orgânica proposta, traduzidos, designadamente:

- Numa maior arrecadação de verbas e numa efetiva e significativa melhoria e diversificação dos serviços prestados, passíveis, desde já, de serem previstos, especificados e calculados;

- Na implementação de medidas concretas tendentes à criação de melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores dos SASUM. O argumento, que se reconhece como real, de que o reduzido nível habilitacional da generalidade desses trabalhadores constitui um impedimento à respetiva promoção salarial, reforça o interesse na prossecução da implementação de programas e ações de formação e de requalificação profissional. É também nesse contexto que se justifica o recurso, necessariamente precedido de uma análise casuística e criteriosa, a mecanismos de mobilidade intercategorias e intercarreiras, passíveis de possibilitarem a transição para a categoria de Assistente Técnico ou para a carreira de Técnico Superior de trabalhadores que reúnam, efetivamente, as condições e preencham os requisitos de que depende essa transição.

No contexto acima referido, irei abster-me, em sede do Conselho Geral, na votação da proposta de alteração do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho. Não votarei contra a referida proposta, por não querer associar a essa iniciativa, apresentada no âmbito de um novo ciclo de gestão dos SASUM, recém iniciado e a que auguro os maiores sucessos, a carga negativa que tal voto implicaria.

Braga, 23 de julho de 2018.



---

Victor Manuel de Sousa Rego Duarte Soares